

Descentralizar é meta política

O Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Carlos Pereira de Carvalho e Silva considera a descentralização administrativa, uma das mais importantes metas políticas do Governo federal, fator decisivo na contribuição para a eficiência do desenvolvimento do processo produtivo e na ação social no País". Ele informou que a FAE iniciou a descentralização da merenda escolar, em nível municipal, como forma de dinamizar o programa e, principalmente, certificar-se de que a alimentação escolar, tão importante no processo educacional brasileiro, atende diariamente, com boa qualidade e quantidade satisfatória, todos os estudantes de Primeiro Grau das escolas públicas e ou mantidas por entidades filantrópicas do País.

A FAE, informou ele, alimenta hoje o correspondente a duas vezes a população do Uruguai em recursos destinados a 200 mil escolas de 4.020 municípios:

— A comunidade respondeu com entusiasmo à proposta da FAE e, junto às Prefeituras, definiram-se formas alternativas de relações interinstitucionais no que se refere à geração, repasse e fluxo de recursos e na definição de responsabilidades financeiras na execução do programa, de modo a atender à diretriz nacional de descentralização, contribuindo também para o fortalecimento da autonomia municipal e regional.

O Presidente da FAE citou a cidade de Apucarana, no Paraná, como exemplo do sucesso do programa:

— Desenvolveu-se todo o sistema produtivo com pesquisas sobre as necessidades da população local. A adoção do programa abriu novas ofertas de empregos e acabou com o desemprego na região. Os trabalhadores conseguiram terras para criar pequenos animais, como coelhos, e cultivar hortas. Hoje, a Prefeitura e a comunidade alimentam-se de produção local. A municipalização da merenda escolar é um processo que se inicia sob a responsabilidade da FAE e tem como objetivo



As pessoas que a FAE alimenta correspondem hoje a duas vezes a população do Uruguai

CARLOS CARVALHO E SILVA, Presidente da FAE

prioritário oferecer melhor qualidade de serviços à população escolar, absorvendo a participação comunitária como instrumento viabilizador do processo.

Carlos Pereira apontou como itens importantes na atuação da FAE a integração da merenda escolar, de forma efetiva, ao processo produtivo, estimulando hábitos e atitudes nos alunos, e permitindo-lhes a valorização e identificação dos alimentos e sua importância para o desenvolvimento global; a utilização dos produtos alimentares regionais, respeitando os hábitos da população e estimulando uma maior aceitação dos produtos de consumo tradicional; repercussão no desenvolvimento da economia local, através de estímulos à reorganização do processo produtivo li-

gado à área de produção de alimentos, apoiando pequenos e médios produtores, órgãos cooperativistas e indústrias de pequeno e médio portes. Tais estímulos, ressaltou, têm reflexos positivos no desenvolvimento da economia local, fazendo crescer a oferta de empregos, barateando os produtos e permitindo o aumento da circulação interna do capital e da arrecadação de impostos. Por sua vez, acrescentou, o desenvolvimento da economia local e regional repercute no fortalecimento político e social do município e na articulação dos governos federal, estadual e municipal com as comunidades, que são consultadas permanentemente sobre suas necessidades.

Segundo Carlos Pereira, os papéis ficaram bem distribuídos:

— A FAE garantirá a regularidade dos repasses, cumprindo o cronograma financeiro feito de acordo com as prefeituras municipais que aderiram ao programa, além de lhes prestar assistência técnica. Ao município caberá a tarefa de estimular a participação da comunidade, elaborar a pauta de alimentos, preservar o controle de qualidade e capacitação dos recursos humanos, juntamente com o Governo do Estado, promover encontros intermunicipais, incentivar a criatividade e fortalecer as organizações comunitárias, tornando a escola como ponto de partida.

Nesse processo, os cardápios regionalizados a serem adotados nos primeiros 88 municípios que assumirão a administração do programa constarão dos seguintes produtos, até então ausentes da merenda escolar tradicional: Região Sul — mel, leite de soja, trigo, cevada, aveia, chocolate e queijo; Região Sudeste — carne de boi, queijo, melado, amendoim, mel e leite; Região Centro-Oeste — queijo, canjica, amendoim, linguiça, rapadura, peixe de rio e frutas; Região Nordeste — feijão verde, fubá, peixe seco, carne de boi, macaxeira, inhame e carne de bode; Região Norte — castanha, açaí, palmito, camarão, peixe e carne de búfalo.